



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Sexualidades.

LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura¹

Resumo: Resultado de pesquisa bibliográfica, este artigo problematiza a relação da LGBTfobia na educação com a reprodução da desigualdade social. Concluímos que a LGBTfobia na educação, especificamente na escola, mantém a exploração e a opressão do sistema patriarcal-racista-capitalista-heterossexista sobre LGBTs, a partir da articulação do preconceito com a negação de direitos dessa população.

Palavras-chave: Heterossexismo. LGBTfobia. LGBTfobia na educação. Patriarcado.

Abstract: Result of a bibliographical research, this article questions the relationship of LGBTphobia in education with the reproduction of social inequality. We conclude that LGBTphobia in education, specifically in school, maintains the exploitation and oppression of the patriarchal-racist-capitalist-heterosexual system over LGBTs, based on the articulation of prejudice with the denial of the rights of this population.

Keywords: Heterossexism. LGBTphobia. LGBTphobia in education. Patriarchy.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo, em seu atual estágio neoliberal, produz uma ideologia baseada em desvalores burgueses como, por exemplo, o preconceito, potencializado nesse sistema, negando, assim, a diversidade humana em todas as suas esferas, entre elas, a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. Nesse sentido, essa sociabilidade apoiada em valores religiosos e moralistas, considera os sujeitos que não se enquadram na heterossexualidade compulsória como desviantes, doentes e anormais, descartando as diversas expressões de afetividade e identidade.

Decorrente da intolerância e desrespeito com a diversidade humana, presenciamos cotidianamente a violência contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) que se expressa em várias facetas, sendo uma delas os crimes de ódio, com seus requintes de crueldade.

Tendo por cenário essa perversa realidade, os debates realizados no módulo “Direitos Humanos, Pobreza, Justiça e Educação”, da especialização “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: iago_fsousa12@hotmail.com.

abordaram, dentre outras questões, sobre o preconceito e a discriminação no espaço da escola, caracterizando-se como uma violação aos direitos humanos, foi a principal motivação para desvelar a relação da LGBTfobia na educação com a reprodução da desigualdade social.

Para compreensão do nosso objeto, realizamos uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material bibliográfico de alguns(as) autores(as) como: Saffioti (2004), Cisne (2014), Delphy (2009), Falquet (2008), Borrillo (2010), Mészáros (2008), Santos (2009), Louro (1997), Lionço e Diniz (2009), dentre outros(as), que trabalham o patriarcado, o heterossexismo, a LGBTfobia e a LGBTfobia na educação, categorias utilizadas nesse estudo.

A análise materialista a qual nos filiamos compreende a exploração e as opressões que marcam a vida da população LGBT vinculadas a uma base material. Assim, entendemos que o preconceito e a discriminação não surgiram com o capitalismo, contudo, nessa sociedade esses desvalores são intensificados e apropriados com a finalidade de potencializar a exploração da força de trabalho e aprofundar a desigualdade, tendo como resultado a manutenção da sociedade de classes.

Com esse norte de análise, faremos, no segundo item, uma breve discussão sobre a indissociável articulação entre o patriarcado, o heterossexismo e a LGBTfobia, a partir do entendimento de que vivemos em um sistema patriarcal-racista-capitalista-heterossexista que promove a exploração e a opressão das mulheres nos âmbitos público e privado.

Essa desigualdade é estabelecida por uma ideologia de naturalização dos sexos, em que homens e mulheres, desde crianças, são educados a se adequarem aos papéis sociais femininos ou masculinos, sendo a heterossexualidade compulsória um fator que alimenta tal ideologia. Assim, o heterossexismo impõe um regime de exercício da sexualidade “legítimo” que promove inúmeras formas de violência contra os sujeitos que vivenciam diversas formas de relações afetivo-sexuais e identidades de gênero.

No terceiro item, problematizaremos a relação da LGBTfobia na educação com a reprodução da desigualdade social, a partir da premissa de que a educação reflete as práticas e concepções de sociedade, sendo a escola um espaço de exercício da LGBTfobia, mantendo, não sem resistências, essa ordem social que nega a diversidade humana.

2 A INDISSOCIÁVEL ARTICULAÇÃO ENTRE PATRIARCADO, HETEROSSEXISMO E LGBTFOBIA: UMA ANÁLISE MATERIALISTA

Ao se pensar essa sociedade, demarcamos que vivemos sob o julgo do patriarcado, que “[...] designa uma formação social em que [...] o poder é dos homens. Ele é, assim, quase

sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173). Resultado de um processo histórico, o poder legitimado aos homens e exercido por estes transcende o próprio capitalismo.

Saffioti (2004, p. 57-58) explica que o patriarcado:

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Assim, o patriarcado exerce um controle sobre o corpo e a vida das mulheres, estabelecendo regras que devem ser seguidas por estas com obediência e sem resistências, na medida em que não serem submissas e dóceis as desqualificam por estas deixarem de corresponder ao papel socialmente imposto de inferioridade e invisibilidade.

Segundo Saffioti (2004), dois fatores históricos constituem as bases de constituição do patriarcado: 1. A produção de excedente econômico, núcleo de desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, do domínio e da exploração do homem sobre o homem/mulher, no caso, ainda mais fortemente, sobre a mulher. 2. A descoberta da participação dos homens na procriação dos(as) filhos(as), pois, antes, isso era entendido como um poder divino das mulheres.

Nesse bojo, Cisne (2014) compreende que a dominação sobre as mulheres imposta pelo patriarcado atendeu aos interesses de “[...] controle sobre a prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. [...] [e] garantir que os filhos seriam seus assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta por meio da herança” (p. 74).

Tendo como chefe da família o homem que tem poder de vida e morte sobre as mulheres e os filhos, exerce-se, portanto, o controle sobre a sexualidade daquelas, exigindo-se a fidelidade como uma das premissas da monogamia e mesmo que esta seja institucionalizada socialmente para homens e mulheres, na prática é exigida apenas destas últimas, pois aos homens é legitimado exercer livremente sua sexualidade.

E qual a funcionalidade do poder que os homens exercem sobre as mulheres na sociabilidade do capital? No capitalismo, as relações sociais se estruturam a partir do imbricamento das variáveis de gênero², raça/etnia e classe social, segundo Saffioti (2004, p. 125):

² Apesar de utilizarmos o termo gênero, tecemos uma crítica ao mesmo, que, na nossa compreensão, “[...] é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro” (SAFFIOTI, 2004, p. 138). Mesmo que reconhecamos que o gênero buscou romper com o naturalismo, trazendo

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] (SAFFIOTI, 1998). [...]. No nó elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo [...].

Daí que nessa sociedade, essas contradições conforme um novelo: patriarcado-racismo-capitalismo. Algumas instituições sociais têm o papel de reproduzir a ideologia patriarcal-racista-capitalista, a exemplo da família, da igreja, da escola, dentre outras.

De fato, a família configura-se como um espaço, por excelência, de exploração da mulher, não sendo o único. O trabalho reprodutivo da mulher nesse espaço, sem remuneração, é funcional à acumulação de capital, porque esse trabalho é imprescindível para a manutenção e reprodução da força de trabalho, única mercadoria geradora de lucros e produtora, portanto, da riqueza.

Somada à exploração do trabalho doméstico da mulher, o capitalismo se apoia “[...] na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem baixos salários e são desvalorizadas” (CISNE, 2014, p. 85-86).

E na raiz da separação do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, está a divisão sexual do trabalho, que é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher.

Nessa sociedade, às mulheres é imposta a maternidade e devem ter como obrigação o cuidado da casa e dos filhos e aos homens é reservado o trabalho no mundo público, devendo prover o sustento da família. Essa separação do público e do privado é introjetado por homens e mulheres desde a infância, quando aos meninos são dados brinquedos que se relacionam à liberdade (como carros e bola, por exemplo) e às meninas brinquedos que se relacionam ao cuidado do lar e dos filhos (boneca e fogãozinho, por exemplo).

Essa diferenciação é funcional a essa sociedade, fazendo com que se opere uma divisão sexual do trabalho que estrutura e sustenta as relações sociais. O trabalho produtivo realizado pelos homens é valorizado em detrimento do trabalho doméstico (reprodutivo) executado pelas mulheres.

Assim, às mulheres são destinados trabalhos que valorizem suas qualidades ditas inatas, quando na verdade, estas foram moldadas pela educação sexista dada às meninas. Como a sociedade encara que esses trabalhos não exigem esforço intelectual e aprendizado, já que são resultado das “qualidades” tidas como femininas, legitima-se a desvalorização desse trabalho, o que repercute nas baixas remunerações. Assim, a atribuição de determinadas

a ênfase na construção social das mulheres e dos homens, contribuiu, contudo, para a biologização da categoria sexo, “[...] não o concebendo, também, como construção social e histórica” (SAFFIOTI, 2004, p. 64-65).

atividades às mulheres, que conforma a divisão sexual do trabalho, tem como fator a naturalização dos sexos.

Nessa linha de compreensão, a heterossexualidade impõe como verdade que só existem machos e fêmeas que se atraem mutuamente. Ressaltamos que a heterossexualidade não se reduz somente às práticas e pulsões sexuais, sendo “[...] uma potente instituição social, [...] [que] contribui de modo central não somente na organização da aliança, da filiação e da herança, mas de modo mais fortemente ainda na construção e na naturalização dos sexos, mas também das raças e das classes” (FALQUET, 2008, p. 132).

Situados em uma compreensão materialista, entendemos que assim como a sexualidade feminina é regulada pelo sistema patriarcal-racista-capitalista no sentido de garantir a perpetuação da propriedade privada, a homossexualidade confronta a lógica biológica de reprodução da família que oferece força de trabalho para manter o sistema capitalista. Portanto, a noção de reprodução humana para constituição da força de trabalho é um dos eixos explicativos da negação da diversidade sexual nessa sociedade assentada na dominação e exploração.

A heterossexualidade atua no controle sobre o corpo das mulheres bem como da sexualidade dos homens, no que se refere à vivência de experiências homossexuais, já que o exercício heterossexual dos homens não é questionado, inclusive a liberdade sexual deles é incentivada pelo regime patriarcal e machista, diferentemente das mulheres, que possuem sua sexualidade controlada e vigiada.

Fundado, assim, na ideia de naturalização dos sexos, o heterossexismo estabelece que a heterossexualidade ocupa a posição superior em uma hierarquia, em que “todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (BORRILLO, 2010, p. 31).

Ao divergir do padrão heterossexual, os sujeitos podem sofrer diversas consequências, que vão desde a não aceitação por parte da família, escola, amigos até à violência física, culminando, por vezes, em crimes de ódio que resultam em morte. Destarte, a LGBTfobia³ pode ser compreendida como o ódio e/ou repulsa às orientações sexuais e identidades de gênero divergentes do padrão binário e heterossexual legitimado socialmente. Não há dúvidas de que a LGBTfobia é parte constituinte do sistema patriarcal-racista-capitalista-heterossexista.

³ Usamos o termo LGBTfobia por compreendermos que existem diferenças na opressão por cada grupo que compõe a sigla LGBT. Por exemplo: a condição das lésbicas situa-se em um nível diferenciado de opressão sofrida pelos homens gays, por aquelas serem mulheres e subverterem a imposição sexual que lhes é imputada. Não se trata de um acúmulo de opressões, mas que essas características enoveladas e combinadas aprofundam em termos qualitativos a dimensão de exploração e opressão sobre determinado sujeito ou grupo socialmente discriminado.

A LGBTfobia no Brasil é alarmante. É o país, por exemplo, em que mais ocorrem assassinatos contra travestis e transexuais no mundo. De acordo com o relatório de 2018 do Grupo Gay da Bahia (GGB) “A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia [...]” (GGB, 2018, p. 1).

Devido ao preconceito institucional, esses crimes não são compreendidos como motivados pelo ódio aos sujeitos LGBT. São registrados, de forma geral, como homicídios, o que dificulta a visibilidade da LGBTfobia como um problema de saúde pública, bem como um crime que possui motivação específica, tal como o feminicídio, que ocorre pelo simples fato da vítima ser mulher.

Outra questão refere-se ao fato de que o levantamento não revela a totalidade dos casos que são colhidos a partir de notícias nos meios midiáticos, além de serem subnotificados. Tais “crimes de ódio” são, em sua grande maioria, realizados com requintes de crueldade, com utilização de facas, foices, armas, acompanhados de espancamentos, torturas, dentre outras ações que revelam a banalização da vida humana.

No âmbito da educação, e mais especificamente nas escolas, como veremos no próximo item, constata-se a reprodução da LGBTfobia, atuando, assim, na reprodução das desigualdades sociais.

3 A RELAÇÃO DA LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL

Compreender a educação que temos exige imprescindivelmente que a situemos na sociedade capitalista, fundada na exploração de uma classe sobre outra e, portanto, reprodutora de uma desigualdade que, além de econômica, é social, cultural e que se expressa também na relação entre homens e mulheres.

Dessa forma, a educação, não nos restringindo apenas a sua dimensão formal, produz e reproduz essas desigualdades para manutenção da hegemonia burguesa que domina material e culturalmente essa sociedade.

Consideramos a existência de processos contra-hegemônicos que questionam a reprodução da dominação e buscam uma educação que atenda aos reais interesses da classe trabalhadora, porém essas expressões de luta e resistência encontram limites objetivos na sociabilidade regida pelo capital. De forma bastante objetiva Mézáros (2008) nos esclarece que

As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais (p. 43; grifos do autor).

A educação, sob o domínio do capital, busca fazer com que os sujeitos internalizem como legítima “[...] a posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

As instituições formais de educação disseminam os papéis sociais relacionados à construção do masculino e do feminino nessa sociedade. Assim, a educação sexista produz e reforça a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, conservar esses atributos é parte e expressão das opressões geradas pelo capital, na medida em que este “[...] põe em funcionamento, simultaneamente, mudanças nos processos e mercados de trabalho e uma espécie de reelaboração da individualidade, especialmente no que se refere ao modo de pensar, de conceber a vida, a si mesmo e [a]o mundo” (SANTOS, 2009, p. 73).

A educação formal, a qual abarca a escola, modela os sujeitos a se enquadrarem e aceitarem os padrões sexistas e heterossexistas impostos, expressos, por exemplo: na forma diferenciada no tratamento com meninos e meninas; na divisão de filas; nos currículos; nos procedimentos de ensino; na abordagem dos livros; atitudes das(os) professoras; organização da vida escolar; reforço de comportamentos padronizados socialmente, dentre outros aspectos.

Louro (1997) nos oferece uma análise histórica do papel da escola na produção e reprodução da desigualdade, quando afirma que

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou meninos das meninas (p. 57).

A negação das diversas orientações sexuais e identidades de gênero se faz também na invisibilidade a qual a diversidade é submetida na escola, pois dos debates aos livros didáticos a heterossexualidade se apresenta como forma de exercício da sexualidade saudável e natural. Com isso, as diversas expressões da sexualidade e afetividade, por mais que existam, não são problematizadas e quando ocorrem, são carregadas de conservadorismo e repreensão, buscando enquadrá-las sob o signo da anormalidade.

Quando muito, no âmbito escolar, a sexualidade é abordada em uma perspectiva fisiológica, no sentido de entendimento biológico dos corpos masculinos e femininos, descartando qualquer compreensão que revele o papel das imposições sociais na construção dos desejos, afetos e práticas sexuais. À vista disso, a homossexualidade e a transexualidade são relegadas à invisibilidade e à negação, proporcionando nas crianças e jovens que

descobrem outras formas de identidade de gênero e atração sexual divergente do padrão socialmente aceito, dúvidas, medo, vergonha, além de sentimento de culpa.

No interior da escola, as violações aos sujeitos que divergem do padrão heterossexual partem não somente das(os) próprias(os) estudantes, através de xingamentos, agressões físicas e outras formas, mas também de muitas(os) professoras(es) e funcionárias(os) ao emitirem piadas sobre homossexualidade, ao serem coniventes com as violências e ao culpabilizarem as vítimas pelas agressões sofridas.

Diante dessas questões, nos perguntamos: qual deveria ser o papel da escola na condução desse debate?

Primeiramente, entendemos que “a função da educação não se reduz à transmissão formal de conhecimentos, sendo a escola um espaço público para a promoção da cidadania” (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 9). Contudo, a perspectiva de preparação dos sujeitos para a convivência com respeito à diversidade, formação para uma cultura de reivindicação dos direitos e entendimento dos processos de exploração e opressão na sociedade é negligenciada, porque na verdade a escola reproduz normas e valores que padronizam os sujeitos e não problematizam na raiz as desigualdades que perpassam as relações sociais.

A LGBTfobia na escola reproduz as desigualdades sociais, mantendo os sujeitos LGBTs em situação de inferioridade, subalternidade e negação de direitos não apenas no espaço escolar, mas também nos diversos espaços da vida social. Confirmamos essa afirmação quando Lionço e Diniz explicitam a situação das travestis e dos(as) transexuais que

[...] são especialmente vulneráveis à exclusão do espaço escolar, o que repercute negativamente em suas oportunidades sociais e profissionais, tendo como consequência o reforço de estereótipos que os estigmatizam: é o caso da prostituição, que, embora associada em termos essencialistas à condição dessas pessoas, resulta da exclusão escolar e familiar. [...] escola e família se eximem da responsabilidade do acolhimento e da promoção de formas de convívio mais solidárias (2009, p. 12).

Dessa forma, a reprodução da LGBTfobia na educação impacta diretamente nas condições de vida e de trabalho desse público, na medida em que o preconceito obstaculiza a realização de uma vida com garantia de direitos e é apropriado pelo sistema capitalista para potencializar a exploração da força de trabalho que está associada à precarização das condições de trabalho.

Temos a convicção de que se o debate sobre a diversidade sexual e de gênero fosse acolhido e trabalhado nas escolas em uma perspectiva de promoção dos direitos humanos, teríamos uma repercussão positiva no sentido de uma vida mais digna para esse público, em que o respeito ao outro teria a potencialidade de diminuir a violência e negação de direitos a esses sujeitos que sofrem por ser quem realmente são.

Ocorre que esse debate incomoda bastante os setores conservadores e fundamentalistas religiosos, a exemplo dos parlamentares ligados à bancada religiosa do Poder Legislativo, um dos segmentos em que constatamos em seus discursos e ações intensos e explícitos processos de discriminação contra a população LGBT.

O ano de 2015 foi emblemático. Isso porque foram discutidos e votados os Planos Municipais de Educação (PMEs) nas Câmaras Municipais de cada cidade brasileira. Ocorre que os movimentos sociais e demais entidades feministas e LGBTs pautaram a reivindicação da necessidade de discussão de gênero e sexualidade nas escolas e, portanto, da entrada desse tema nos PMEs.

De um lado estavam coletivos, organizações e entidades que defendiam a inclusão dessa discussão no âmbito escolar e, de outro, os setores conservadores e fundamentalistas, protagonizado predominantemente pelos(as) vereadores(as) das Câmaras Municipais pelo Brasil afora.

Os políticos conservadores, baseados no fundamentalismo religioso, e com apoio de alguns estudiosos do campo da direita, formularam que os movimentos sociais estavam impondo uma ideologia de gênero para a sociedade e, conseqüentemente, para as escolas. A esmagadora maioria das cidades brasileiras, diante de manobras, estratégias e autoritarismo dos(as) vereadores(as) aprovaram seus PMEs sem a inclusão da discussão de gênero e sexualidade nas escolas.

Mesmo os dados explicitados pelos movimentos feminista e LGBT relativos às múltiplas formas de violência perpetradas contra mulheres e sujeitos LGBTs não possibilitaram o uso da razão pelos(as) parlamentares, que embasados no discurso fundamentalista religioso reafirmavam tacitamente que crianças e adolescentes não devem ser expostos a esse tipo de discussão porque influenciariam no desenvolvimento da sua sexualidade, que não é papel da escola realizar esse debate e também que não deve haver intervenção do Estado, o que desrespeitaria a educação moral das famílias.

Entendemos que deve ser papel da escola debater criticamente com seus(as) discentes sobre as desigualdades sociais entre homens e mulheres e construir nos seus alunos(as) uma cultura de respeito às diversas formas de orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de enfrentar as diversas opressões que marcam o cotidiano de mulheres e sujeitos LGBTs nas escolas e no conjunto da vida social.

Assim, é um dever do Estado garantir condições para que esse debate ocorra nas escolas, pois o fenômeno da violência é produzido socialmente e exige enfrentamento público, na medida em que no terreno do privado, como no espaço familiar, essas questões são invisibilizadas e, portanto, naturalizadas, tendo como resultado a permanência e o aprofundamento da situação de sofrimento de mulheres e LGBTs.

E sobre não debater diversidade sexual nas escolas como forma de não problematizar tal questão, Louro (1997) objetivamente nos assegura que “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (p. 81).

Outro fato foi evidenciado em 2011, com a proposição do “Programa Escola sem Homofobia”, que tinha por objetivo levar às escolas o debate sobre diversidade sexual por meio de materiais educativos a serem trabalhados com gestores(as), professores(as) e estudantes, no sentido de contribuir para o enfrentamento, por meio da construção de relações de respeito, às situações de violência a que estão expostas cotidianamente a população LGBT.

Contudo, o Programa foi barrado pela bancada conservadora e religiosa, utilizando como argumento que esse material iria influenciar na sexualidade das crianças. Nomeado de “Kit Gay”⁴ pelos conservadores, a distribuição do material, que iria ocorrer no segundo semestre de 2011, foi cancelada, devido o veto presidencial.

Constatamos os obstáculos postos pelo conservadorismo à garantia de direitos à população LGBT e a outros segmentos socialmente discriminados, tendo por fundamento dogmas religiosos, ferindo, assim, o princípio da laicidade do Estado.

A escola deveria ser um agente fundamental na desconstrução das variadas expressões de preconceito “[...] pelo compromisso político que fundamenta a educação como um bem público, o que significa que a igualdade é um valor fundamental ao ensino” (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 10). Nesse sentido, pensar em uma sociedade mais justa, tarefa histórica na qual a educação tem uma contribuição imprescindível, exige cultivar a igualdade como um princípio ético que necessita se materializar obrigatoriamente, dentre outros aspectos, no “[...] reconhecimento e respeito à diversidade de valores e comportamentos relativos à sexualidade em suas diferentes formas de expressão” (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 12).

Enquanto dever ético, cabe à escola, mas não somente a ela, problematizar as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres, incentivando o respeito à diversidade humana, incluindo-se às múltiplas vivências da sexualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o artigo, procuramos explicitar a exploração e a opressão vivenciadas pela população LGBT articuladas a uma base material que nos possibilita estabelecer os nexos com a sociedade capitalista, que funda e reproduz a desigualdade social, utilizando para

⁴ Os equívocos sobre esse material e o próprio nome “Kit Gay” foram utilizados pelo candidato de extrema direita e atual Presidente, Jair Bolsonaro, como mote de campanha à Presidência da República.

isso da força de trabalho de determinados grupos sociais discriminados com a finalidade da superexploração. Ao mesmo tempo, essa sociabilidade regula a sexualidade como pressuposto para a reprodução, buscando, assim, anular os sujeitos que vivenciam as diversas formas de orientação sexual e identidade de gênero. Fortalece-se e reafirma-se um padrão heterossexista imposto socialmente, moldando formas de ser e de estar no mundo. Inserida nessa sociedade patriarcal-racista-capitalista-heterossexista, a escola reproduz e legitima relações de dominação. Essa instituição social, situada em uma educação pautada pelas classes dominantes, repõe as desigualdades sociais, a exemplo da inferioridade das mulheres e a desqualificação das sexualidades que não se adequam ao padrão heterossexual, o que além de ser uma negação de direitos humanos que limitam as perspectivas de vida desses sujeitos, os fazem não se compreender como titulares de direitos.

Presente de forma visível no espaço escolar, o heterossexismo legitima os preconceitos e discriminações seja pelo silenciamento às violações a que os(as) estudantes LGBTs são acometidos ou pela negação do debate sobre sexualidade.

O compromisso com uma educação libertária exige que a escola construa e dissemine a diversidade como constituinte da humanidade e não como diferenças que devem ser anuladas, silenciadas e oprimidas. Por mais que reconheçamos que a escola, e em um sentido mais amplo a educação, não eliminará o preconceito do tecido social, sem ela esse processo de formação da consciência para o reconhecimento e respeito da diversidade ficará seriamente inviabilizado.

Entendemos que a escola, mesmo nos marcos dessa sociedade de classes, pode ter um papel fundamental na construção de novos homens e mulheres, estando as possibilidades da história abertas. Cremos, assim, em novas relações de igualdade, de respeito e de liberdade que exigem, imprescindivelmente, a superação da sociedade patriarcal-racista-capitalista-heterossexista.

REFERÊNCIAS

- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 (Ensaio Geral, 1).
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: Helena Hirata...[et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e raça na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./dez. 2008.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. Relatório 2018: População LGBT morta no Brasil. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Organizadoras). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.